

Condições laborais e de saúde dos/as docentes do Equador – 2011-2012

ELBA SUSANA MORALES MARTÍNEZ*
MARÍA GERARDINA MERCHÁN**
JORGE PARRA***

RESUMO: Este artigo faz uma análise da pesquisa “Condições laborais e de saúde dos docentes do Equador. 2011-2012”, realizada pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Cuenca, com a participação da Secretaria da Mulher da União Nacional dos Educadores do Equador. A análise parte de uma amostra de 1.538 docentes de todos os níveis (infantil, fundamental e médio), das três jornadas de trabalho (matutina, vespertina e noturna), nas áreas urbana e rural, com o levantamento dos dados através de uma enquete sobre o âmbito profissional, situação social e de saúde e a realidade do desempenho docente, após o decreto executivo que obriga os docentes a trabalhar oito horas no estabelecimento público. A análise evidencia os processos laborais perigosos e as doenças relacionadas ao trabalho educativo. O trabalho prioriza a promoção e a prevenção, ao mostrar as condições laborais dos docentes do Equador e sua relação com o estado de saúde, determinando as características demográficas, identificando as doenças e projetando um plano de saúde laboral.

Palavras-chave: Processos laborais de educadores. Saúde docente. Epidemiologia crítica.

* Docente, presidenta da Comissão da Mulher da União Nacional de Educadores do Equador. Quito/UIO - Equador. *E-mail:* <elbasusanamoraes@hotmail.com>.

** Enfermeira, mestre em Saúde Pública, docente da Escola de Enfermagem da Universidade de Cuenca, no Equador. Cuenca/CUE - Equador. *E-mail:* <mgmerchan@yahoo.es>.

*** Médico, mestre em Saúde Familiar e Comunitária, docente da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Cuenca, no Equador. Cuenca/CUE - Equador. *E-mail:* <jparra54@hotmail.com>.

Apresentação

País de grandes contrastes e dono de extraordinárias riquezas naturais e humanas, o Equador atravessa situações particulares nos diversos âmbitos da vida social. No processo de mudanças na organização e legislação do Estado, como fruto da participação de seu povo na busca de uma sociedade justa e soberana, elegeu-se um governo que quis “revolucionar” este país em benefício das maiorias. Há cinco anos isso acontece.

Vários processos de avaliação da gestão governamental evidenciam indicadores que desvirtuam o caráter revolucionário com o qual se denomina o governo. Nesse período, os ganhos mais extraordinários pertencem aos grupos empresariais e bancários, às transnacionais do petróleo, à siderurgia e à telefonia, por meio de concessões, que prejudicam os interesses da população; os problemas de saúde, educação, trabalho, segurança, moradia e alimentação se apresentam com outros matizes.

O regime impulsionou uma série de ações autoritárias e antidemocráticas na construção de um “estado policial, sem liberdade de expressão e mobilização”, responsabilizando os trabalhadores, estudantes, docentes e pessoas em geral pelos problemas. Especificamente, hoje, o trabalho dos docentes no Equador apresenta as seguintes características:

- » instabilidade laboral de milhares de docentes “contratados”, especialmente jovens;
- » incremento das horas (assistência obrigatória de oito horas na escola) e multifuncionalidade docente;
- » presença de uma limitada política de apoio à educação dos educadores, apesar da obrigatoriedade da “avaliação docente”;
- » falta de solução para os graves problemas nas escolas, acentuando a exigência para que professores e pais de família sejam os responsáveis pela manutenção da infraestrutura escolar;
- » a setorização e o número de instituições educativas têm feito com que milhares de estudantes, especialmente dos setores mais empobrecidos, fiquem de fora da educação, sobretudo no nível inicial;
- » limitação do direito à organização dos docentes, por meio da aplicação de medidas que limitam a liberdade de expressão e a criatividade no desenvolvimento da gestão educativa;
- » desenvolvimento pelo governo de mecanismos sutis para enfrentar os pais e os docentes;

- » o surgimento de organizações paralelas à União Nacional de Educadores (UNE) deteriora a unidade e o prestígio dos educadores como referência para a defesa dos direitos humanos;
- » as autoridades do Ministério da Educação têm retirado o pessoal que trabalhava nos dispensários de saúde da UNE.

Tudo isso traz como consequências: elevados níveis de insegurança, baixa auto-estima, instabilidade, preocupação, ansiedade, desconfiança, estresse e aumento dos problemas de saúde em centenas de milhares de professores, daí a importância da pesquisa, para evidenciar as condições de trabalho e de vida, assim como o estado de saúde dos docentes.

O objetivo era identificar as condições laborais e sua relação com o estado de saúde, determinando as características demográficas, identificando as doenças e projetando um plano de saúde laboral. Partia-se das hipóteses de que:

1. A falta de atenção aos fatores ergonômicos em centros escolares incide negativamente na saúde dos docentes, uma vez que eles não dispõem de instalações saudáveis para o trabalho e enfrentam o aumento da jornada laboral; além disso, não há legislação específica para a criação dessas condições. Tudo isso tem repercutido como fator de risco para o trabalho docente.
2. Os docentes não têm acesso a planos e programas de medicina preventiva, de modo que a saúde física e mental deteriora aceleradamente devido às condições do seu trabalho.
3. As medidas do Ministério da Educação aplicadas a partir de 2007 aumentam o número de doenças nos docentes.

A informação foi coletada e analisada, utilizando o método descritivo epidemiológico, com as premissas da epidemiologia crítica, uma vez que

põe de manifesto que o determinante principal para adoecer e morrer está nas condições socioeconômicas, culturais e ambientais dos grupos populacionais, (docente), utilizando como instrumento a análise dos processos de reprodução social nos diferentes determinantes da saúde – doença; integra técnicas qualitativas e quantitativas e, além disso, reconhece o seu caráter político, no sentido de favorecer transformações nos processos que produzem doença. (BREIHL, 2003).

A partir de uma amostra de 1.538 docentes de todos os níveis (infantil, fundamental e médio), das três jornadas de trabalho (matutina, vespertina e noturna), tanto

da área urbana quanto da rural, que representam aproximadamente 1,15% do universo, procedeu-se ao levantamento dos dados, por meio de uma enquete e depoimentos, focados em:

- » âmbito profissional (nível educativo, título de maior hierarquia, anos de serviço, categoria);
- » âmbito social (estado civil, fonte de ingresso econômico, responsabilidade econômica no lar, cargas familiares);
- » saúde (instituições de saúde, períodos de checagem médica, doenças mais frequentes diagnosticadas pelos médicos, tipo de atenção);
- » infraestrutura escolar, serviços básicos, serviços para docentes como fontes de saúde ou origens de doenças;
- » realidade do desempenho docente a partir do decreto executivo que obriga os docentes a trabalhar 8 horas no estabelecimento público.

Seu marco teórico abordava os postulados de que a sociedade atual e os determinantes do trabalho e da saúde dos docentes estão organizados sob os princípios e modelos do sistema capitalista, sua principal instituição. O Estado garante essa forma de organização com leis, planos, programas, políticas e ações em todos os âmbitos da convivência social, o que gera, na população, particulares modos de vida (trabalho) e formas de adoecer e morrer, dependendo da sua localização no setor produtivo.

As condições político-econômicas capitalistas condicionam a lógica do processo produtivo, neste caso, dos serviços educativos (setor terciário da economia). Assim, a educação no Equador (capitalista) possui uma estrutura de classes; portanto, as políticas, normas e regulamentações estão orientadas a ter docentes dóceis ao sistema e preparar estudantes como mão de obra qualificada para as transnacionais.

O Estado equatoriano e o governo da “revolução cidadã” acumulam, reproduzem e distribuem o poder para fortalecer e modernizar o sistema capitalista e apoiar a acumulação econômica das transnacionais; assim se explicam a implementação do controle do processo educativo, com medidas repressivas, autoritárias e hegemônicas, e a improvisação das matérias de estudo, como acontece com o bacharel geral unificado. Como diz Isch (2011), trabalha-se com projetos isolados, atendendo à exceção e não à generalidade, criando novas formas de discriminação educativa.

Condições de trabalho e saúde

Assim como outro tipo de trabalho, o dos docentes tem objeto, meios, organização e divisão. Porém, as atividades no trabalho docente não são uniformes, variando de acordo com o nível (pré-escola, fundamental, médio ou superior), especialidade, localização do centro educacional e etnia. Mas há elementos que se repetem na grande maioria do pessoal docente.

Para analisar os processos perigosos no trabalho docente, foram considerados os postulados de Betancourt (1999), expert em segurança e saúde ocupacional, e de outros renomados pesquisadores da saúde dos docentes.

Os programas de incentivo à saúde dos docentes e à prevenção de processos perigosos no âmbito mental devem se desenvolver orientados de modo que, em coordenação multidisciplinar, os professores desfrutem do bem-estar emocional, desenvolvendo suas habilidades, trabalhando produtivamente, enfrentando os problemas da vida cotidiana e contribuindo, de maneira positiva, com a comunidade.

Até chegar à transformação dos perigosos determinantes estruturais, é preciso implementar programas de fortalecimento e exercício físico, relaxamento dos sentidos, “pausa no trabalho”, utilização do tempo livre, recreação individual e coletiva, e capacitação, para que cada docente melhore suas habilidades no controle e manejo do estresse. Por sua vez, a prevenção deve estar centrada nas condições ambientais da sala de aula, metodológicas ou individuais, para os transtornos musculoesqueléticos, formando os docentes nos conceitos, princípios e técnicas da mecânica corporal ou higiene postural, para que façam pausas no trabalho e utilizem diversas metodologias pedagógicas e não só a exposição.

Além disso, o Instituto Equatoriano de Segurança Social (IESS) e o Ministério de Saúde Pública, em ação envolvendo os trabalhadores, devem impulsionar a vigência de políticas, planos e programas de incentivo, prevenção, cura e reabilitação da saúde laboral. Isso significa garantir o direito à saúde de milhões de pessoas que contribuem com a riqueza do país, bem como economizar dinheiro, pois diminuiria o absentismo laboral e baixariam os custos que as entidades e os próprios docentes gastam na atenção à cura de doenças.

A pesquisa mostrou inúmeros resultados com dados relevantes, que apresentamos em, algumas tabelas:

Tabela 1 – Qualidade da infraestrutura escolar na qual laboram 1.538 docentes (dezembro de 2011)

Qualidade da Infraestrutura Escolar	NÚMERO	%
Excelente	13	0,8%
Muito boa	66	4,3%
Boa	458	29,8%
Regular	826	53,7%
Deficiente	143	9,3%
Não contesta	32	2,1%
TOTAL	1.538	100,0%

Fonte: Os autores.

Em relação aos locais escolares, 63% foram qualificados como regular ou deficiente quanto à infraestrutura. A desproporção entre o tamanho e o número de estudantes e docentes, os materiais de construção não aptos ao clima e ao entorno natural, as paredes e os tetos em mau estado, a falta de ventilação e iluminação, a eliminação de banheiros e água potável evidenciam as condições de insalubridade em que trabalham os docentes.

A falta de espaços para estabelecer uma melhor relação docente-estudante, para o descanso e recreação, alimentação, educação contínua, acesso à internet e atenção à saúde na maioria dos locais escolares altera a qualidade do ambiente laboral, convertendo-se em gerador da denominada “síndrome do edifício doente”, portanto, de problemas de saúde em professores, crianças e adolescentes.

Tabela 2 – Doenças dos docentes entrevistados que motivaram consulta médica (dezembro de 2011)

Motivo de Consulta	NÚMERO	%
Afecções de garganta	858	12,75%
Varizes	351	5,21%
Gastrites	795	11,81%
Afecções hepáticas	107	1,59%
Afecções intestinais	371	5,51%
Colesterol elevado	470	6,98%
Diabetes	104	1,55%
Hipertensão	327	4,86%
Afecção renal	149	2,21%
Afecção de útero	185	2,75%
Afecção de mamas	88	1,31%

Motivo de Consulta	NÚMERO	%
Alergias	285	4,23%
Artroses	229	3,40%
Estresse	883	13,12%
Enxaqueca	240	3,57%
Insônia	267	3,97%
Nervosismo	276	4,10%
Gripe	594	8,82%
Pneumonia	40	0,59%
Epilepsia	1	0,01%
Hipotireoidismo	17	0,25%
Neuropatia óptica	23	0,34%
Hemorroidas	3	0,04%
Afecção de próstata	8	0,12%
Afecções cardiovasculares	4	0,06%
Afecções de coluna	11	0,16%
Câncer	7	0,10%
Osteopenia	1	0,01%
Afecções cutâneas	4	0,06%
Asma	1	0,01%
Lúpus	1	0,01%
Herpes	1	0,01%
Tuberculose	1	0,01%
Surdez	2	0,03%
Afecções de cólon	1	0,01%
Sinusites	1	0,01%
Psoríases	2	0,03%
Fraturas	4	0,06%
Afecções musculares	1	0,01%
Anemia	1	0,01%
Malária	2	0,03%
Não contesta	15	0,22%
TOTAL	6731	100,00%

Fonte: Os autores.

Entre os docentes entrevistados, 52,70% têm patologias relacionadas com seu trabalho. Em primeiro lugar, estão o estresse e o nervosismo, logo depois as afecções da garganta, as gastrites, a hipercolesterolemia, as afecções intestinais, a hipertensão arterial e a enxaqueca. Chama atenção que existam docentes com patologias relacionadas com a pobreza extrema, a superlotação e a contaminação ambiental, como a tuberculose e a malária.

O número de doenças registradas pelos entrevistados é de 6.731, dando uma média de 4,37 doenças por docente, situação que agrava o estado de saúde e, consequentemente, as necessidades de atenção e as repercussões negativas no seu desempenho e na vida. Obtendo a porcentagem das 11 primeiras doenças em relação aos 1.538 entrevistados, 57,41% têm estresse; 55,78%, afecções da garganta; 51,67%, gastrites; 38,62%, gripe; 30,55%, hipercolesterolemia; 24,12%, afecções intestinais; 22,82%, varizes; 21,26%, hipertensão arterial; 17,94%, nervosismo; 17,36%, insônia; e 15,60%, enxaqueca.

Os docentes que trabalham no magistério equatoriano são profissionais, pois a maioria tem formação de terceiro grau, com tendência a continuar os estudos até o quarto. Existem outros profissionais que fazem docência, especialmente em informática e áreas técnicas, também afetados pelo ambiente laboral.

A desvalorização da profissão, causa de doenças mentais, pode ser verificada no fato de 83% da população docente não ter tido os seus anos de serviço reconhecidos na homologação salarial, que apenas reconheceu o aumento das horas laborais em 17% do magistério nacional.

A chefia feminina no magistério aumentou, desde 2007, de 38 para 47%. Uma das razões deve-se ao incremento da população docente. Essa condição é maior que a determinada para a população nacional no Censo de 2010.

A porcentagem das doenças apresentadas pelos docentes, comparativamente com outros estudos realizados nos anos de 1995, 2005 e 2007, tem aumentado nas patologias mentais, da garganta, gastrites e hipercolesterolemia, enquanto nas outras tem diminuído. Fazendo uma relação com pesquisas realizadas em outros países, como Argentina, Nicarágua e Espanha, as porcentagens e localização são similares, sendo evidente que são resultado de processos perigosos no trabalho docente.

A dificuldade de obter turnos no IESS, e a exigência de pagamento para conseguir a permissão por parte das autoridades institucionais, de modo a permitir que o docente seja atendido por essa instituição e faça um diagnóstico, exames ou tratamento das doenças, obrigam os docentes a ter que recorrer à medicina privada, convertendo esse direito num serviço pago individualmente, em prejuízo da sua renda e satisfação das necessidades básicas da família.

As instituições de saúde não possuem programas de saúde laboral em seus serviços, voltadas ao próprio âmbito curativo geral, o que indica que a saúde dos trabalhadores – dos docentes – não é sua preocupação e demonstra cientificamente a relação trabalho-saúde. Entidades, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional de Trabalho (OIT) têm recomendado aos estados-membros e aos seus governos impulsionar o cuidado da saúde daqueles que com seu trabalho fortalecem e criam a riqueza das nações.

Na prática, os docentes não têm direito à saúde laboral. O Estado, o IESS e o Ministério da Educação atentam contra a saúde e a vida dos docentes no Equador, pois

não reconhecem a importância do cuidado com a saúde e a ação docente para atingir os objetivos nacionais e educativos. Segundo a presente pesquisa, as políticas implementadas ultimamente, longe de elevar a qualidade da educação, diminuem a qualidade da saúde e, conseqüentemente, da vida docente. A aplicação das 40 horas/relogio repercute negativamente nos docentes e suas famílias, segundo testemunho dos professores.

Um programa de prevenção

Os resultados da pesquisa realizada pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Cuenca, com a participação da Secretaria da Mulher da UNE do Equador, evidenciam uma incidência elevada de doenças derivadas das condições de trabalho e de vida dos docentes. De fato, 52,70% dos docentes entrevistados têm patologias relacionadas com seu trabalho, situando-se, em primeiro lugar, o estresse e o nervosismo, depois (na ordem) as afecções da garganta, gastrites, hipercolesterolemia, afecções intestinais, hipertensão arterial e enxaqueca.

Nesse contexto, há urgência de medidas para diminuir a morbidade e prevenir a presença de casos graves ou a mortalidade massiva por doença laboral, por serem de direito humano a plena vigência do trabalho digno e a atenção à saúde, contempladas na Constituição (art. 42), cujo texto descreve, explicitamente, que

o Estado garantirá o direito à saúde, seu incentivo e proteção, por meio do desenvolvimento da segurança alimentar, a provisão de água potável e saneamento básico, o **fomento de ambientes saudáveis** no familiar, **laboral** e comunitário, e a possibilidade de **acesso permanente e ininterrupto aos serviços de saúde**. (grifo nosso).

Diante disso, propôs-se um programa para o incentivo, prevenção, cura e reabilitação da saúde laboral dos docentes do Equador, destacando que cabe ao IESS a maior responsabilidade, pois os docentes entregam-lhe, mensalmente, parte do seu salário para o cuidado da saúde e do bem-estar. Pretende-se, assim, a integração de 100% dos docentes do país e suas famílias a planos de incentivo à saúde laboral.

Deve-se, ainda, implementar um programa piloto de prevenção dos processos perigosos para a saúde laboral nas capitais das 24 províncias do país, com participação intersetorial e interinstitucional. Criar e fortalecer os *Dispensários de Atenção de Saúde*, anexos ao IESS nos centros educativos com mais de 100 docentes, compostos por médico, enfermeira, dentista e psicólogo, com preparação em saúde laboral; fortalecer os dispensários da UNE, integrando-os à Rede de Dispensários Anexos, com equipe de saúde básica especializada em saúde laboral. O direito à saúde laboral, é um valor social expresso na Constituição da República, que obriga o Estado, suas

instituições, neste caso, o Ministério da Educação e o IESS, a garanti-lo com dignidade, sem discriminação, com justiça, liberdade e participação.

A solidariedade contempla a unidade de interesses, propósitos e afinidades entre membros de uma sociedade para criar as condições necessárias ao melhoramento da saúde e da equidade, por meio da participação ativa das pessoas e dos coletivos humanos (organizados). Devemos responder às necessidades dos docentes: considerando-os seres integrais e sociais, e dando atenção à saúde nas dimensões física, mental, emocional e social. Com responsabilidade humana, social e legal, as entidades participantes que garantem o direito à saúde laboral têm que compartilhar suas responsabilidades, de acordo com seus compromissos e obrigações, prestando contas dos seus atos, com transparência.

A qualidade é o grau em que os serviços de saúde do IESS incrementam a resolução dos problemas de saúde e evitam os processos perigosos para a saúde laboral, com efetividade, eficiência, otimização, aceitabilidade, legitimidade e equidade. É qualidade técnica, humana e de satisfação dos docentes. E a sustentabilidade é a capacidade das instituições estatais de satisfazer as necessidades de saúde laboral, prevenindo o futuro, por meio do financiamento econômico, técnico e de pessoal, assim como do apoderamento dos docentes para o autocuidado e exigência do direito à saúde e condições de vida saudáveis.

Deve haver integração entre as faculdades de ciências da saúde das universidades, os governos locais e as organizações não governamentais para a implementação de ações em benefício da saúde dos docentes e dos estudantes. Deve haver o direito e capacidade dos docentes e de sua organização – a UNE – de participar efetiva e responsabilmente das decisões do cuidado da saúde e da implementação de planos e programas. É uma condição para exercer a liberdade, a democracia e o controle social sobre a ação pública.

A proposta é socializar os resultados da investigação “A saúde laboral dos docentes do Equador – 2011-2012”, exigindo do IESS o cumprimento da lei no âmbito da segurança laboral, implementando e financiando o programa de incentivo, prevenção, cura e reabilitação da saúde laboral dos docentes.

Deve-se, ainda instituir uma comissão interinstitucional em nível nacional e nas capitais de província para a implementação do programa de saúde laboral, composta por: UNE, IESS, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Cuenca e Ministério da Educação. Integrar as comissões de “saúde laboral” em cada província e nas unidades educativas, responsáveis pela aplicação dos planos de promoção e prevenção. Projetar e executar um programa nacional de pesquisa sobre a saúde laboral dos docentes, que identifique a realidade laboral e de saúde, com enfoque de gênero, etnia, espaço geográfico, anos de serviço, nível educativo e doenças catastróficas.

Recebido em outubro de 2012 e aprovado em dezembro de 2012

Referências

BETANCOURT, Oscar. **Saúde e segurança no trabalho**. Quito: Arco Iris, 1999.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica, ciencia emancipadora e interculturalidad**. Buenos Aires: Lugar, 2003.

ISCH, Edgar. Las actuales propuestas e desafios en educação: el caso Ecuatoriano. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 373-391.

Teachers' working and health conditions in Ecuador, 2011-2012

ABSTRACT: This paper analyzes the research “*Teachers' working and health conditions in Ecuador, 2011-2012*”, undertaken by the Faculty of Medical Sciences, at the University of Cuenca, with the participation of the Women's Secretariat at the National Ecuadorian Union of Educators. The analysis is based on a sample of 1,538 teachers of all levels (kindergarten, elementary and secondary), from all three work shifts (morning, afternoon and evening), in urban and rural areas, using a descriptive epidemiological method with the premises of critical epidemiology. The sample is the result of a survey on the professional ambience, social and health situation and teaching performance in the aftermath of an executive decree which imposed an 8-hour working day on public education. It demonstrates the dangerous work processes and diseases related to educational work. Finally, it prioritizes prevention and shows the working conditions of teachers in Ecuador and projects a plan for occupational health.

Keywords: Teachers' labor processes. Teachers' health. Critical epidemiology.

Conditions de travail et de santé des enseignants d'Équateur – 2011-2012

RÉSUMÉ: Ce présent article analyse l'étude “*Conditions de travail et de santé des enseignants d'Équateur. 2011-2012*”, réalisée par la Faculté de Sciences Médicales de l'Université de Cuenca, avec la participation du Secrétariat de la Femme de l'Union des Educateurs d'Équateur. L'analyse s'appuie sur un échantillon de 1538 enseignants de tous niveaux (maternel, élémentaire et secondaire), des trois périodes de travail (matin, après-midi, soir), dans les zones urbaines et rurales, utilisant la méthode descriptive épistémologique, avec les prémices de l'épidémiologie critique. L'échantillon résulte de l'enquête sur le contexte professionnel, la situation sociale et de santé et la réalité de l'effort des enseignants, après le décret exécutif qui oblige les enseignants à travailler huit heures dans un établissement public, explicitant les procédés de travail dangereux et les maladies liées au travail éducatif. Finalement, l'article montre la priorité de la prévention et propose un plan de santé au travail.

Mots-clés: Processus de travail des éducateurs. Santé des enseignants. Epidémiologie critique.

Condiciones laborales y de salud de los docentes en Ecuador – 2011-2012

RESUMEN: Este artículo hace un análisis de la investigación “*Condiciones laborales y de salud de los docentes en Ecuador – 2011-2012*”, realizada por la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad de Cuenca, con la participación de la Secretaría de la Mujer de la Unión Nacional de los Educadores en Ecuador. El análisis parte de una muestra de 1.538 docentes de todos los niveles (infantil, primario y medio), de las tres jornadas de trabajo (matutina, vespertina e nocturna), en las áreas urbana y rural, con el levantamiento de los datos por medio de una encuesta sobre el ámbito profesional, situación social y de salud, así como, la realidad del desempeño docente, después del decreto ejecutivo que obliga a los docentes a trabajar ocho horas en un establecimiento público. El análisis evidencia los procesos laborales peligrosos y las enfermedades relacionadas al trabajo educativo. El trabajo prioriza la promoción y la prevención, al mostrar las condiciones laborales de los docentes de Ecuador y su relación con el estado de salud, determinando las características demográficas, identificando las enfermedades y proyectando un plan de salud laboral.

Palabras clave: Procesos laborales de educadores. Salud docente. Epidemiología crítica.